



Número: **0602097-02.2022.6.16.0000**

Classe: **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Wellington Emanuel Coimbra de Moura**

Última distribuição : **18/08/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Proposta de Alteração de Resolução**

Objeto do processo: **Proposta de revisão da Resolução TRE/PR nº 819/2018, que dispõe sobre o programa de assistência à saúde no âmbito da Justiça Eleitoral no Paraná.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes  |                    | Procurador/Terceiro vinculado |         |
|---|--------------------|-------------------------------|---------|
| TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA (INTERESSADO) |                    |                               |         |
| Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)      |                    |                               |         |
| Documentos  |                    |                               |         |
| Id.   | Data da Assinatura | Documento                     | Tipo    |
| 43059288  | 24/08/2022 18:34   | <a href="#">Acórdão</a>       | Acórdão |



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**

**ACÓRDÃO Nº 61.001**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 0602097-02.2022.6.16.0000 – Curitiba – PARANÁ**

**Relator:** WELLINGTON EMANUEL COIMBRA DE MOURA

**INTERESSADO:** TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

**FISCAL DA LEI:** Procurador Regional Eleitoral

**RESOLUÇÃO Nº 901/2022**

Altera dispositivos da Resolução TRE/PR nº 819/2018, que dispõe sobre o programa de assistência à saúde no âmbito da Justiça Eleitoral no Paraná.

**DECISÃO**

À unanimidade de votos, a Corte aprovou a Resolução, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 22/08/2022

RELATOR(A) WELLINGTON EMANUEL COIMBRA DE MOURA

**O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 22, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal,

**CONSIDERANDO a Resolução CNJ nº 207/2015 que institui a Política de**



**Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário;**

**CONSIDERANDO a necessidade de contínua gestão do programa de assistência à saúde, buscando a redução da taxa de sinistralidade e consequente redução dos índices de reajuste;**

**CONSIDERANDO a dificuldade da fiscalização da condição do estado civil de solteiro e sem união estável dos filhos de servidores maiores de 21 anos;**

**CONSIDERANDO o Processo Administrativo Digital nº 15118/2021,**

**RESOLVE**

**Art. 1º A Resolução TRE/PR nº 819/2018 passa a vigorar com os seguintes acréscimos e alterações:**

**“Art. 3º .....**

**(...)**

**VI – .....**

**(...)**

**c) os filhos e enteados, até 21 (vinte e um) anos incompletos de idade ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez;**

**d) os filhos e enteados com idade entre 21 (vinte e um) anos e 24 (vinte e quatro) anos incompletos, estudantes, regularmente matriculados no ensino médio ou em curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação;**

**(...)**

**§ 2º As situações previstas nas alíneas “a” a “e” do inciso VI serão consultadas pela Assessoria de Atenção à Saúde e Perícias no sistema de gestão de pessoas, para fins de verificação das respectivas averbações nos assentamentos funcionais.**

**(...)**

**§ 4º A comprovação da condição referida na alínea "d" do inciso VI será feita pela servidora ou pelo servidor, junto à Seção de Registros Funcionais, se ativo(a), ou à Seção de Direitos Previdenciários, se aposentado(a), mediante a apresentação semestral do comprovante de matrícula atualizada no ensino médio ou em curso superior de graduação e pós-graduação, reconhecidos pelo Ministério da Educação.**



(...)"

**"Art. 5º Poderão ser admitidos(as) no Programa de Assistência à Saúde, na qualidade de agregados(as) da servidora ou do servidor ativo(a), aposentado(a) e removido(a), os(as) filhos(as) e enteados(as), com idade entre 21 (vinte e um) anos e 39 (trinta e nove) anos incompletos, ressalvados os casos previstos nas alíneas "c" e "d" do inciso VI do art. 3º.**

(...)"

**"Art. 6º Os pedidos relacionados ao Programa de Assistência à Saúde deverão ser dirigidos à Assessoria de Atenção à Saúde e Perícias, por meio de Processo Administrativo Digital (PAD), e serão apreciados pela Secretaria de Gestão de Pessoas."**

**"Art. 7º .....**

**§ 1º Para fins de cumprimento dos prazos de vigência, os requerimentos de inclusão deverão ser encaminhados à Assessoria de Atenção à Saúde e Perícias até o dia 15 (quinze) do mês.**

(...)"

**§ 3º A servidora ou o servidor, ao entrar em exercício no cargo, poderá requerer sua adesão ao Programa de Assistência à Saúde, bem como de seus dependentes, que ocorrerá no 1º (primeiro) dia útil após o deferimento pela Secretaria de Gestão de Pessoas, desde que observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias da data do referido exercício."**

**Art. 8º O servidor ou a servidora removido(a) poderá optar pelo plano de assistência à saúde oferecido pelo órgão no qual estiver em exercício, mediante requerimento endereçado à Assessoria de Atenção à Saúde e Perícias.**

**"Art. 10. A exclusão, a pedido, do Programa de Assistência à Saúde deverá ser formalizada mediante formulário próprio, encaminhado por Processo Administrativo Digital (PAD) à Assessoria de Atenção à Saúde e Perícias.**



(...)"

**"Art. 11. ....**

(...)

**IX – após o decurso de 30 (trinta) dias do conhecimento de fato que enseje a exclusão do plano de saúde como dependente, sem que tenha havido requerimento de alteração da condição de beneficiário(a) ou de exclusão;**

**X – a partir do 1º (primeiro) dia do mês seguinte ao que o(a) beneficiário(a) agregado(a) completar 39 (trinta e nove) anos de idade.**

**Parágrafo único. A servidora ou o servidor ativo(a), em licença sem remuneração, poderá optar, mediante requerimento endereçado à Assessoria de Atenção à Saúde e Perícias, por permanecer no Programa de Assistência à Saúde, devendo recolher, mensalmente, por GRU – Guia de Recolhimento da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês de competência, o valor integral da mensalidade, sem o subsídio do Tribunal, observado o disposto no art. 183, § 3º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, alterada pela Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003."**

**"Art. 15. À Assessoria de Atenção à Saúde e Perícias caberá o controle e a movimentação cadastral de todos os beneficiários do Programa de Assistência à Saúde deste Tribunal."**

**"Art. 16. A Assessoria de Atenção à Saúde e Perícias fiscalizará os serviços prestados pelos profissionais ou pelas instituições conveniadas ou contratadas."**

**"Art. 17. Fica assegurada a permanência dos(as) dependentes e agregados(as) que, embora não atendam mais os requisitos ora estabelecidos, estejam vinculados(as) ao Programa de Assistência à Saúde deste Tribunal com fundamento nas normas então vigentes, aplicando-lhes, no que couber, as disposições que lhes sejam posteriores."**

**Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.**



**SALA DE SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO  
PARANÁ, em 22 de agosto de 2022.**

**Des. COIMBRA DE MOURA**

**Presidente**

**Des. FERNANDO WOLFF BODZIAK**

**Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral**

**RODRIGO OTÁVIO RODRIGUES GOMES DO AMARAL**

**FLÁVIA DA COSTA VIANA**

**THIAGO PAIVA DOS SANTOS**

**Des<sup>a</sup>. CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI**

**JOSÉ RODRIGO SADE**

**MONICA DOROTEA BORA**

**Procuradora Regional Eleitoral**

**EXTRATO DA ATA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO (1298) Nº 0602097-02.2022.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ -**



RELATOR: DES. WELLINGTON EMANUEL COIMBRA DE MOURA - INTERESSADO:  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA

**DECISÃO**

À unanimidade de votos, a Corte aprovou a Resolução, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Fernando Wolff Bodziak, Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral, Flavia da Costa Viana, Desembargadora Federal Claudia Cristina Cristofani, Thiago Paiva dos Santos e José Rodrigo Sade. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Mônica Dorotéia Bora.

SESSÃO DE 22.08.2022.

